

NARRATIVAS SERIADAS EM PORTUGAL (SÉCULO XIX) SERIALIZED STORIES IN PORTUGAL (NINETEENTH CENTURY)

Simone Cristina Mendonça¹

Resumo: Contos, novelas e romances são encontrados com frequência em jornais portugueses a partir de 1830, pouco comentados, no entanto, são os casos daqueles publicados nos primeiros anos do século XIX, algumas vezes divididos em números, nos quais nos centraremos. Ao pesquisar sobre essas narrativas, traremos, com base em textos teóricos, dados sobre o periodismo e a censura em Portugal e acerca de alguns títulos publicados em outros países da Europa, por iniciativa de imigrantes. Além disso, descreveremos e comentaremos um desses títulos, encontrado no Brasil. A conquista dos leitores portugueses para um novo tipo de leitura, de recreio em meio aos textos de instrução, também será foco de nossas análises.

Palavras-chave: jornais portugueses; narrativas; leitura.

Abstract: Short stories and novels are frequently found in Portuguese newspapers since 1830, however, we do not see a lot of studies about the cases of those stories published in the first decades of the nineteenth century, sometimes serialized and divided in chapters, on what we will lay emphasis on. In this paper, we will focus on the narratives published in the first years of the nineteenth century. Searching on these narratives, we will bring, based on theoretical texts, information about journalism and censorship in Portugal, about some titles published in other European countries, on the initiative of immigrants, and we will describe and comment one of them, found in Brazil. The conquest of the Portuguese readers to a new kind of reading, for pleasure among the instructional texts, will also be subject of our analysis.

Keywords: portuguese newspapers; narratives; reading.

1. Prosa de ficção e Imprensa periódica portuguesa

A publicação de livros em prosa de ficção em Portugal teve início ainda no século XVIII, com títulos que faziam referência a histórias de amor, aventuras e desventuras para sua conquista, em meio daqueles que remetiam a romances contados como um relato verdadeiro, tal qual nos exemplifica José Tengarrinha (1989):

Uma das obras que nos princípios do século [XIX] fizeram maior furor, tendo sido sucessivamente reeditada (pelo menos 8 vezes), foi a melodramática *História da virtuosa e infeliz Clara Harlow*, de Richardson. Outros traduzidos do inglês, como esta, e do francês, assim como de autores portugueses que em geral se mantinham

¹ Professora de Estudos Literários da Unifesspa – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Possui Doutorado em Teoria e História Literária (2007) pela Unicamp - Universidade Estadual de Campinas e graduação em Letras Língua Portuguesa (2002) pela mesma instituição. No Doutorado, foi bolsista do programa PDEE/CAPES, com estágio em Portugal, na Universidade Nova de Lisboa. Bolsista DCR (CNPq-FAPESPA) na Universidade Federal do Pará, em 2009. Em 2016, realizou estágio de Pós-Doutorado na Unesp - Universidade Estadual Paulista, campus de São José do Rio Preto. E-mail: simonecm@unifesspa.edu.br

no anonimato ou assinavam apenas com as iniciais, aparecem em número muito elevado. Pelos títulos de algumas delas é fácil depreender a sua natureza: *A desgraçada morte de três amantes* (1787), *História do amante liberal* (1788), *Os amantes desgraçados* (1790), *A inocência triunfante pelos extremos do amor* (1791), *Florinda ou o sonho verificado* (1816), *A experiência amorosa* (1817). (TENGARRINHA, 1989, p. 56).

As traduções, como a citada pelo autor, foram muito bem recebidas pelos leitores portugueses em fins do século XVIII e refletem o sucesso de vendas que o gênero romance alcançou na Inglaterra desde meados do Setecentos, atingindo amplo público, inclusive em diferentes suportes. Assim nos revela Ian Watt (1990), ao analisar o contexto econômico inglês da época, a fim de traçar o perfil dos leitores dos romances escritos por Daniel Defoe, Samuel Richardson e Henry Fielding. Segundo o autor, mesmo recebendo salários muito baixos, que não lhes possibilitava a compra de exemplares em formato livro, os leitores londrinos conseguiam ter acesso ao conteúdo dos romances, por exemplo, por meio dos jornais, panfletos ou em edições mais baratas, vendidos a preços módicos. “Muitos desses jornais publicavam contos ou romances em capítulos – *Robinson Crusoe*, por exemplo, foi reimpresso dessa forma no *Original London Post*, jornal que saía três vezes por semana, bem como em duodécimos e até panfletos” (WATT, 1990, p. 40).

Também em terras portuguesas, como nos informa Mendonça (2015, p. 112),

O gradativo aumento no número de livros ou folhetos que traziam histórias ficcionais entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do século XIX aponta para uma conquista do gosto leitor da época que, aos poucos, deparava-se com um título anunciado nos jornais [...] um exemplar nas prateleiras de livrarias do Rossio ou ‘ao terreiro do Paço’, onde ficava a *Loja da Gazeta* (conforme foi anunciado [na *Gazeta de Lisboa*] em 26/01/1802).

Os títulos das narrativas ficcionais, às vezes, insistem na veracidade da história narrada, como se quisessem convencer o leitor de que os episódios ali contados verdadeiramente teriam acontecido. A tática parece ter alcançado êxito no quesito conquista dos leitores, uma vez que outros trabalhos comprovam sua utilização, e aqui lembramos Márcia Abreu (2003), que em estudo sobre os argumentos dos censores literários para proibir a impressão de romances, trouxe à baila o perigo previsto em seus discursos quanto à ilusão de realidade criada pelas histórias ficcionais (Cf. ABREU, 2003, pp. 272-299). Também Sandra Vasconcelos (2002) exemplificou a prática com o caso de Samuel Richardson, que, em prefácio, apresentou-se como organizador de um conjunto de cartas, a partir das quais teria editado seu romance (Cf. VASCONCELOS, 2002, pp. 92-5). Recentemente, o pesquisador Boris Lyon-Caen (2011), levantou a problemática da ficção contada como verdade, ao escrever sobre textos feitos para divertir o leitor, alertando para o fato de que:

Un feuilleton, un poème, la relation d'un fait divers, un conte peuvent très bien revêtir un caractère éminemment sérieux. [...] Inversement, des textes a priori aussi sérieux qu'un discours scientifique, une notice nécrologique, une histoire 'édifiante' ou une enquête criminelle peuvent très bien revêtir un caractère divertissant. (LYON-CAEN, 2011, p. 793).²

Não é possível, assim, alcançar a certeza quanto à definição do gênero, pois os textos ficcionais em prosa (na época chamados de contos, romances ou novelas) eram também publicados no corpo dos periódicos, junto com outros, de temas como política, ciências e notícias, misturando-se os textos para deleite com os informativos. Tomemos como exemplo o periódico *Divertimento instructivo ou collecção escolhida de novellas, historias, contos moraes, anedoctas interessantes, parabolos, fabulas, ditos filosoficos, contos para rir, &c*³ (1804), que trazia a apresentação: “obra moral, instructiva, e agradável destinada para honesto divertimento, e util instrucção da mocidade Portuguesa”. Já no primeiro número, notamos que se trata de uma miscelânea de textos em prosa de ficção com outros gêneros, como a anedota “A Família Honrada”, publicada entre as páginas 03 e 26, que vinha seguida de um conto: “O Espirito Beneficiente. Conto Persiano”, que se estendeu até a página 32.

O periódico merece destaque por trazer vários outros títulos de textos em prosa de ficção no decorrer de seus números, como “Os esposos reconhecidos ou o Triunfo da virtude. Novella sentimental imitada do Allemão” (p. 35-50), publicado no número 2, de 1805; “A camara optica; ou a lanterna magica. Conto. Por Mr. De Marechal” (p. 67-71), do número 3, também de 1805; “O homem virtuoso. Conto alegórico e moral” (p. 97-104), do número seguinte, no mesmo ano; e “Chephisa ou casamento á moda. Historia moral.” (p. 129-133), do número 5, de 1806.

Ressaltamos que, além da impressão de textos em prosa de ficção no corpo dos jornais, José Tengarinha (1989), em estudos sobre os periódicos portugueses no início do Oitocentos, incluiu a impressão de novelas que, “embora não apresent[ass]em caráter jornalístico, saíam em geral periodicamente em folhetos, fascículos ou cadernos (geralmente mensais)” (p. 56). O autor, com base na “relação das obras autorizadas para imprimir e correr dadas pela Real Mesa Censória, ANTT”, destaca o ano de 1819 para essas impressões:

O ano de 1819 foi de uma fertilidade impressionante; alguns dos títulos de que temos conhecimento só nesse ano: *Amanda e Óscar, As Amigas Rivais, Amor*

2 “Um Folhetim, um poema, o relato de um *fait divers*, um conto podem muito bem revestir-se de um caráter eminentemente sério. [...] Inversamente, os textos à priori tão sérios quanto um discurso científico, uma notícia necrológica, uma história ‘edificante’ ou um inquérito criminal podem muito bem revestir-se de um caráter de divertimento.” [tradução nossa].

3 Informamos que manteremos a ortografia e a pontuação das fontes primárias citadas.

Desgraçado, Amor e Probidade, Arminda e Teotónio, Ema ou a Filha do Desgosto, O Escravo das Paixões, Henrique e Ema, História de Teófilo e Olímpia, Força de Uma Paixão, Os Amantes Desgraçados (várias edições). (TENGARRINHA, 1989, p. 57).

Para os estudos da década seguinte, é preciso lembrar algumas informações sobre a censura prévia, trazidas pelo mesmo autor, segundo quem, em Portugal, um primeiro aceno à liberdade de imprensa se deu com a Carta de Lei, de 12/07/1821, promulgada por D. João VI, que abolia a censura prévia, instalando a tão desejada Liberdade, pela qual vinham os vintistas lutando há algum tempo (Cf. TENGARRINHA, 1989, p. 128). Nesse período, houve um impulso no crescimento da atividade da imprensa de opinião em Portugal, movimento que foi acompanhado de perto por editores no Brasil, onde se imprimiram várias folhas combativas ao governo, conforme os exemplos trazidos por Souza (2007), a partir dos anúncios encontrados no jornal *Diário do Rio de Janeiro*:

Um grande número de periódicos era também anunciado no *Diário [do Rio de Janeiro]*, como *O Macaco Brasileiro, O Patriota Sandoval Periódico Político, O Espelho, O Constitucional, O Periquito da Serra dos Órgãos, O Regulador* e o *Papagaio* entre os anos de 1821 e 1822. A maioria deles, de caráter político, visava a defender os ideais constitucionalistas e de independência, num período de transição pelo qual passavam os brasileiros. (SOUZA, 2007, p. 54).

Contudo, D. Miguel, em 1828, retornou a responsabilidade da censura à Mesa do Desembargo do Paço, decretando maior vigilância aos impressos quanto aos aspectos de moral e religião. Nem todos os temas poderiam ser tratados e os infratores deveriam ser punidos. Como resultado, o ânimo dos cidadãos em lançar novos periódicos se arrefece e:

Logo em 1829 e 1830, já sob o domínio de D. Miguel, baixam os periódicos novos, respectivamente, para 6 e 9. Os jornais não só passaram a ser estritamente vigiados e aplicadas penas severíssimas aos considerados infratores, como eram limitados superiormente os temas que se poderiam desenvolver. (TENGARRINHA, 1989, p. 142).

As conquistas do constitucionalismo no âmbito da imprensa foram, gradativamente, sendo deixadas para trás, enquanto crescia cada vez mais o absolutismo de D. Miguel. No entanto, ainda que combatidos e com leitura proibida em território português os jornais e folhetos editados pelos emigrados não pararam de ser impressos na Inglaterra e na França, países onde estavam exilados vários intelectuais portugueses. (Cf. TENGARRINHA, 1989, p. 143).

O artigo “Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?”, de Diana Cooper-Richet (2009), traz novidades acerca desses periódicos portugueses publicados além-fronteiras na primeira metade do século XIX, ao tratar da produção e

circulação de livros em Língua Portuguesa na capital francesa, tida como a “capital das luzes”, onde “editores-livreiros produziram e venderam materiais impressos em diversas línguas estrangeiras” (p. 540), tanto para um público de estrangeiros que residiam em Paris, quanto para exportação.

De acordo com a autora, no período, os “mercados portugueses e brasileiros ainda estavam longe de cobrir suas [das elites cultas e progressistas] necessidades de impressos” (COOPER-RICHET, 2009, p. 541). Paris, então, pode ser considerada “um polo de difusão da cultura e da língua portuguesa e brasileira” (idem). Foram responsáveis por essa difusão tanto intelectuais portugueses que moravam na França quanto alguns “livreiros-editores-impressores” franceses, que demonstraram interesse pela impressão e venda de livros escritos ou traduzidos em Língua Portuguesa. De acordo com levantamento efetuado por Victor Ramos (1972), “em Paris, entre 1797 e 1850, foram publicados cerca de 563 títulos em português, configurando uma média de 30 títulos por ano”. (Cf. RAMOS, 1972, *apud* COOPER-RICHET, 2009, p. 541).

Particularmente quanto aos periódicos, mereceu destaque no artigo supramencionado *O Observador Lusitano em Pariz ou collecção literaria, politica e commercial*, editado por Francisco Solano Constâncio, responsável pela impressão de 04 periódicos de “abordagem científica e enciclopédica do conhecimento” (COOPER-RICHET, 2009, p. 549). A consulta ao exemplar digital do periódico, disponível no *site* do projeto “O Real em revista”, do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, revela um grande volume textual, de 674 páginas, publicadas em apenas quatro meses do ano de 1815. O conteúdo dos textos gira em torno de ensaios de história, artigos dedicados ao comércio, notícias políticas, ciências, uma seção destinada à correspondência - que se inicia com “Breve noticia do estabelecimento portuguez de Angola” (pp. 407-418) - variedades e poemas, como “Os martyres” (pp. 149-172), traduzido pelo próprio editor, e cujo título é seguido por “Literatura Portuguesa”.

Promulgada a Lei de 22 de Dezembro de 1834, que instaurava a liberdade de imprensa, delegando as responsabilidades sobre as obras publicadas ao editor, ao autor e ao publicador, aos quais poderiam ser aplicadas penas nos casos considerados abuso da liberdade de imprensa (Cf. TENGARRINHA, 1989, p. 147), parece ser possível vislumbrar um futuro promissor para os periódicos portugueses impressos no país, porém, obstáculos ainda estavam por vir.

Um novo momento de instância contra a imprensa se configura na década de 40 do Oitocentos, em que a censura ia ao enalço dos periódicos, sobretudo dos jornais

oposicionistas, que, inclusive, corriam o risco de ser invadidos e destruídos por agentes do governo. As interdições, contudo, não alcançavam os periódicos ditos científicos e literários:

As medidas restritivas da liberdade de Imprensa promulgadas de 1840 a 1847 não atingiam, porém, como vimos, os periódicos literários e científicos e os diários das câmaras legislativas e do governo. Os periódicos literários e científicos haviam adquirido notável desenvolvimento após 1834. Entre eles destacavam-se *O Panorama* (Lisboa 1837), redigido por Alexandre Herculano, e a *Revista Universal Lisbonense* (Lisboa 1841), de António Feliciano de Castilho, revistas que no seu género se poderiam colocar sem desvantagem ao lado das melhores que então se publicavam na Europa, tanto no aspecto gráfico como literário (TENGARRINHA, 1989, p. 175).

Para além das perseguições políticas e da censura, a imprensa periódica portuguesa enfrentou dificuldades outras, de ordem técnica, relatadas por José Tengarrinha (1989, p. 194-203) ao comentar a criação da “Liga ou Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa”, que, dentre outras reivindicações, exigia a melhoria dos correios e o auxílio dos seus serviços na distribuição dos impressos para os assinantes. Ademais, caros eram os custos com matéria-prima, pois o papel fabricado nacionalmente, tendo sua indústria protegida pelas altas taxas impostas para a importação, mantinha, sem concorrência, elevado valor de mercado, encarecendo em demasia os periódicos. Havia, ainda, os problemas de falta de mão de obra especializada para a confecção dos jornais nas oficinas tipográficas, que pode ser justificada pelos baixos salários atribuídos aos compositores⁴.

Não obstante os percalços pelos quais passaram, os textos em prosa de ficção tiveram suas recompensas, contemplando o sucesso de suas histórias junto aos jornais portugueses, cada vez mais empenhados em publicá-las. Autores e tradutores também se esforçavam para produzir esse novo género de textos, que parecia impulsionar a compra de livros e periódicos por parte dos leitores. Podemos, com Pierre Bourdieu (2013), vislumbrar nas primeiras décadas do século XIX a constituição de um:

[...] *campo da indústria cultural*, especificamente organizado com vistas à produção de bens culturais destinados a não-produtores de bens culturais ('o grande público') que podem ser recrutados tanto das frações não-intelectuais das classes dominantes ('o público cultivado') como nas demais classes sociais (BOURDIEU, 2013, p. 105).

Embora nem sempre de valor acessível, os periódicos foram tendo seus preços barateados, de forma que se tornaram um veículo de instrução e recreio para a maioria das pessoas. Tomando o contexto francês como exemplo, verificamos com Marie-Ève Thérénthy

4 Segundo Tengarrinha (1989, p. 203) e de acordo com o depoimento de um tipógrafo, publicado no jornal português *A Revolução de Setembro*, em 27 de agosto de 1846, “no nosso país, então ao passo que um carpinteiro ou um pedreiro não ganhava por dia, em média, menos de 500 réis, um compositor recebia, quando muito, 2400 réis por semana”.

(2015) que se o jornal:

[...] é acessível apenas a uma elite nos anos trinta (o preço da assinatura, mesmo tendo caído pela metade em 1836, não permite estender a leitura do jornal para além da média burguesia), ao longo do século XIX o jornal se democratiza e constitui, para uma grande maioria da população, não somente leitura essencial, mas também a principal representação textual do mundo. (THÉRENTHY, 2015, p. 122)

Há que se lembrar que, além da compra dos números de jornais para leitura, no século XIX havia a prática de colecioná-los, encadernando-se os exemplares completos ou mesmo apenas alguns de seus conteúdos, como, por exemplo, as narrativas ficcionais. Sobre as encadernações e o perfil do leitor, Ernesto Rodrigues (1998) avisa que a técnica também foi utilizada de forma industrial, tendo sido reconhecida pelos editores como nova forma de comércio das histórias já publicadas nas páginas dos jornais:

Forma de fidelização e reconhecimento é maquetar o folhetim de molde a, recortado, poder ser regular e facilmente encadernado: afora o eventual negócio das capas acumulam-se os episódios de história cuja leitura pode ser diferida ou guardada para o futuro próximo.

Justifica-se, por isso, paginação em rodapé e, se continuado em páginas seguintes, sensivelmente à mesma altura. São raros os casos de texto que não preenche toda a largura da mancha ou vem ao cimo da página; ainda aqui, o recorte não sai prejudicado (RODRIGUES, 1998, p. 247).

O leitor dos novos textos que foram surgindo na passagem do século XVIII para o XIX e nos anos seguintes, de histórias em prosa de ficção, às vezes em parcelas, impressas nos jornais ou em folhetos, passou a ser cativado, pois que sua conquista mostrou-se relativamente fácil e muito promissora. Isso porque, retomando Bourdieu (2013), tais histórias ficcionais, produtos da “indústria cultural”, exigem menos de seus receptores, pois se ajustam às suas demandas (Cf. BOURDIEU, 2013, pp. 116-7).

Ainda no século XVIII e no transcorrer do XIX, as delimitações entre esse novo tipo de leitura e a das “obras de arte erudita” – que exigem certa disposição estética do receptor, além de conhecimento de códigos da tradição, adquirido via instituições (idem) –, as relações de oposição e as críticas negativas às obras do gênero romance se ampliarão grandemente.

A já comentada ameaça de confusão entre ficção e realidade aparecerá como apenas um dos muitos defeitos levantados pelos detratores, que acusavam a perigosa aproximação dos leitores com a vida inventada dos personagens, pelo processo de identificação; a crescente relação comercial que se instalava entre a obra e o público, tornando-a cada vez mais popular; a falta de decoro às normas da poética clássica; e a possibilidade de os romances corromperem os textos históricos. Censores, críticos e religiosos denunciavam, ainda, passagens consideradas imorais, que poderiam induzir ao erro os leitores de menor instrução

formal, sobretudo os do sexo feminino, mais frágeis, menos racionais e mais propensos às emoções. (Cf. ABREU, 2003; VASCONCELOS, 2000 e VASCONCELOS, 2002).

A despeito de tantas perseguições e denúncias no continente europeu, as publicações de obras do gênero romance – e aqui incluímos os textos designados pelos tipógrafos, editores, livreiros e anunciantes como contos, novelas e histórias – progrediram significativamente e conseguiram se firmar e se manter no mercado editorial, atingindo vasto e diversificado público leitor.

Percebemos, então, que houve grande número de narrativas ficcionais publicadas em Portugal no final do século XVIII e em princípios do XIX e que tal movimento não acontecia somente em Portugal, pois relativo número de “livreiros-editores-impressores” portugueses se destaca pela impressão de livros em Língua Portuguesa na França, obras que traziam em suas páginas assuntos diversos: acontecimentos políticos mais recentes e sentimentos de nacionalismo por parte dos habitantes do Brasil recém-independente; obras tradicionalmente conhecidas da Literatura Portuguesa, como *Os Lusíadas*; traduções de obras francesas, como *Les aventures de Telemaque* em edição bilíngue francês-português; até traduções de romances (Cf. COOPER-RICHET, 2009, p. 545-6). Outros livreiros, sobretudo por meio de relações familiares, conseguiram se instalar em Portugal e no Brasil, países a partir dos quais mantinham relações comerciais com a Europa, que resultaram na circulação transatlântica de impressos em Língua Portuguesa. A título de exemplo, citamos o notório Baptiste Louis Garnier e, ainda a casa Aillaud, que se manteve ativa na França mesmo após se instalar no Brasil.

A maioria desses estabelecimentos vendia sortimento de livros publicados em outras cidades e países, principalmente em Coimbra, Lisboa e Londres. Sua seleção era então relativamente ampla. Alguns exemplos são suficientes para comprovar. No catálogo de 1824, da casa de Bossange, há mais de 20 livros publicados em Londres ou em Paris, inclusive traduções em Português de Lessage e de Marmontel. (COOPER-RICHET, 2009, p. 547).

Concluindo os estudos sobre o desenvolvimento da imprensa periódica portuguesa, retomamos José Tengarrinha (1989), que analisa o aumento dos exemplares e da qualidade dos jornais, e o conseqüente aumento do número de leitores, após 1834, atribuindo o fato à liberdade de imprensa, já comentada, às leis que democratizaram o ensino (1832, 1835 e 1836) e àquelas relativas às eleições da Câmara dos Deputados após a Revolução de Setembro (1836). Centrando-se nos leitores, considera que:

Deveremos ver que não são apenas as leis sobre a Imprensa que explicam as variações quantitativas dos leitores dos jornais. Outros factores há a considerar,

como o alargamento do ensino público e os seus efectivos resultados, as disponibilidades económicas das diversas camadas sociais, a importância dos acontecimentos políticos e o interesse que despertavam na população, entre outros (TENGARRINHA, 1989, p. 151).

Ernesto Rodrigues (1998) sistematiza em números o desenvolvimento da imprensa periódica em Portugal durante o século XIX:

O período de afirmação da Imprensa em Portugal acontece entre os anos de 1836 a 1840.

Os títulos publicados desde 1641 ditavam o seguinte quadro: até 1697, três; de 1715 a 1800, 12; de 1801 a 1805, nove; no lustro seguinte, sob o influxo das invasões francesas, 26; 16 entre 1811 e 1815; e 25 na véspera do movimento liberal.

A partir de 1821-1825, dá-se um salto cuja média pouco se altera até o termo da guerra civil: 61 novos jornais, 81 para 1826-1830 e recada em 66 no período mais difícil de 1831-1835. (...)

No lapso de 1836 a 1840, saem 157 títulos (haveria 67 em 1836, 59 no ano seguinte), o que é notável, se compararmos com as quebras dos quinquênios seguintes: 77, 105, 108, 136. Só 25 anos depois, assistimos à retorta: 202 para 1861-65 e 201 entre 1866-1870. (pp. 95-6)

Dado um panorama inicial sobre os impressos em prosa de ficção e o crescimento da imprensa periódica portuguesa entre os séculos XVIII e XIX, concentrar-nos-emos no estudo de um periódico português que, por alguma forma de circulação transatlântica, chegou ao Brasil.

2. Instrução e recreio semanais

O periódico português com data de publicação mais remota que pudemos localizar em acervos brasileiros foi o *Semanario de instrucção, e recreio*, o qual, consultado em seu exemplar impresso, que se encontra arquivado na Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, na cidade do Rio de Janeiro, traz as seguintes anotações em seu frontispício: “Tomo Primeiro. Nº.I. Lisboa, na Impressão Régia. Anno 1812. Com licença de S. A. R.”.

Comprovadamente português e publicado pela Impressão Régia, o periódico ainda concatena em seu título considerações por nós já expostas acerca dos periódicos da época. Como tantos, tem objetivos de instruir seus leitores, com leituras informativas e de conhecimentos gerais, alternadas com textos mais leves, como os literários, de apreciação estética ou mesmo de imaginação.

Inevitavelmente, nos rodeia a curiosidade em conhecermos mais sobre os leitores para os quais os jornais e revistas com tais objetivos eram idealizados, almejados até mesmo pela casa impressora oficial do reino, como no caso do *Semanário*, interessados em instrução e recreio. O pesquisador português José Tengarrinha (1989), ao traçar o perfil dos possíveis

leitores dos periódicos em período pouco posterior (década de 30 do Oitocentos), considera que os compradores deveriam vir de uma classe mais abastada, dados os altos preços dos exemplares, porém menos erudita, e descreve que:

Em traços grosseiros, poderemos dizer que a nova classe não tinha educação literária requintada, como a da aristocracia ilustrada assente nos pesados modelos clássicos, nem cultura profunda, nem grandes preocupações e exigências formais, e procurava sobretudo uma aquisição fácil e rápida de conhecimentos gerais e o debate dos problemas concretos da administração pública (TENGARRINHA, 1989, p. 151).

Dentre os textos mais voltados para o recreio desse leitor, nosso interesse se fixa nos escritos em prosa de ficção e, no caso do *Semanário*, nossas expectativas cresceram logo ao consultar o índice, ao final do volume encadernado, com vários números do mesmo ano (1812). Isso porque, organizado por assuntos, tal índice aponta a classificação “Bellas Letras. Prosa”, na qual supomos encontrar novelas ou contos. Entretanto, os títulos ali elencados, em quantia muito diminuta, considerando-se o número de periódicos encadernados no volume, quase nos desapontam por completo. São somente quatro os artigos constantes na designação “Bellas Letras. Prosa”: “Que cousa seja o que chamamos Bellas Letras” (p. 13), “O fim do Outono, de Mr. de Reirac” (p. 26), “Idéa do que seja hum Verdadeiro Filozofa” (p. 61) e “Discurso sobre as vantagens da vida humilde” (p. 79).

Nossas esperanças, ainda que baqueadas, têm de se ater apenas na segunda linha do índice, que possivelmente nos remete para uma narrativa ficcional, atentando para o fato de que há nessa linha uma informação muito importante: a autoria declarada, “Mr. de Reirac”. Surpreendentemente, ao localizarmos a página citada e acompanharmos o texto até seu término, na página 28, verificamos que também o nome do tradutor foi indicado: João Augusto da Cunha.

Os nomes do autor e do tradutor, que confirmam uma prática de aproveitamento de textos em Língua estrangeira para serem publicados em Português, quebram o que parecia ser regra comum na época: a prática de não informar a autoria do artigo, cujo nome do criador ou nem era mencionado ou era representado somente pelas iniciais. E destoa também da raridade de casos em que se indicavam o responsável pela tradução, sendo o nome deste ainda mais comumente omitido.

Iniciada a leitura de “O fim do outono”, no entanto, percebemos que se trata de uma longa reflexão sobre o término da estação e a lamentável chegada do inverno, no qual:

Tudo definha, tudo morre nos campos. Flora e Pomona desaparecem, o mesmo Numem do dia se affasta, e já não despede senão por intervallos os amortecidos rayos por entre as nebulosas planices do ar, parecendo allumiar com magoa as

lugubres ruínas da natureza campestre. (p. 26).

Prosseguimos com a leitura na esperança de que o enunciador não somente se encontrasse saudoso de cenários naturais mais viçosos, mas, também, de algum momento passado por ele vivido ou de algum ente querido, com o qual tivesse tido alguma experiência, quem sabe uma história, que pudéssemos tomar como uma narrativa ficcional. Mas isso não ocorre, ao contrário, as constatações dos efeitos do inverno sobre as coisas naturais é que vão tomando conta do texto e mesclando-se às emoções do narrador, que desses efeitos funestos utiliza-se para expressar seu estado de espírito, em metáforas que anunciam tristeza e lamentações.

Sem interlocutor declarado, o narrador abatido prossegue seu monólogo que inspira o fim da vida, não somente da fauna e da flora, mas da sua própria. Enumera, nostálgico, belezas naturais aniquiladas e animais afugentados pela chegada do inverno, sem considerar que tudo será renovado na primavera, refletindo apenas no fim que brevemente chegará.

Taés são os tristes pensamentos que ao declinar do Outono, o espetáculo da Natureza moribunda inspira na minha alma penalizada. Parece-me que a morte me persegue por toda a parte. Em meio dos bosques, nas margens dos rios, por toda a parte em fim se me oferece debaixo das mais negras imagens funebres objectos que em tropel vem ferir a minha vista, requintão ainda mais minha grande melancolia. O lucto da terra começa. Já as nuvens amontoadas se abatem. Innundado de vapores contagiosos, o ar se obscurece, a neve cahe em grandes rolos, cobrindo a fronte arrogante das montanhas. (p. 27).

Mesmo com a sugestão de que elementos e fenômenos naturais pudessem ser personificados, a fim de fazerem parte da prosa em questão, compondo, talvez, uma narrativa ficcional um pouco mais fantasiosa, o leitor não encontra outra personagem senão o narrador, que utiliza os verbos em primeira pessoa.

Uma angustiante leitura para nós, enfim, que procurávamos por um enredo, por personagens, por ações, por uma história, que se apresentasse após o lamento do narrador, e que não chega, nem mesmo nas últimas linhas do texto, que prenunciam outros personagens, não obstante sua total ausência na leitura integral:

Atormentado pelos ventos homicidas, torno a tomar tremendo o caminho da Cidade aonde, em quanto Boreas enfurecido bramir de raiva sobre minha janella aballada, tranquilo vou adormecer ao som de seus agudos assobios, ou percorrer em paz com feis amigos juntos em torno do meu lar. (p. 28).

Apesar das angústias suscitadas durante o texto, das emoções levantadas pela possibilidade de um suicídio anunciado, nota-se um desfecho tranquilizador para os leitores, os quais, consolados, poderiam acompanhar outros gêneros de textos no decorrer do número

do periódico. Embora, então, não tenha sido possível analisar contos, novelas e histórias como os que esperávamos encontrar nesse periódico, tendo em vista que a consulta ao mesmo somente nos apontou um texto que poderia se enquadrar nessas classificações e este mesmo um monólogo, consideramos válida a inserção do *Semanario de instrucção, e recreio* neste trabalho, dadas as considerações já feitas acerca das características do periódico e dado o fato de ter sido o mesmo o mais antigo por nós encontrado no Brasil.

Referências:

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos Livros*. Campinas. SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013. (pp. 99-181).

COOPER-RICHET, Diana. “Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?”. Trad. Clara Furtado Lins. *Revista Varia História*. Belo Horizonte, vol. 25, n.º 42. pp. 539-555, jul/dez. 2009. Disponível em:

<http://www.fafich.ufmg.br/varia/revista/index.php?prog=mostraartigo.php&idcodigo=397>, consulta em 08/10/2014.

LYON-CAEN, Boris. Écrire pour divertir. In: KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève, VAILLANT, Alain. (dir.) *La civilisation du journal*. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe siècle. Paris: Nouveau Mondis éditions, 2011. (pp.793-798).

MENDONÇA, Simone Cristina. “A conquista do gosto do público leitor: leitores portugueses de prosa de ficção (1768-1822)”. *Revista Uniletras*. Ponta Grossa, Vol. 37, Número 1, pp. 109-120, jan/jun. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>>, consulta em: 01/10/2016.

RODRIGUES, Ernesto. *Mágico Folhetim: Literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões: romances publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. 215 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP : [s.n.], 2007.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.

THÉRENTY, Marie-Ève. “O longo e o cotidiano. Sobre a dilatação midiática dos romances

nos séculos XIX e XX”. Trad. Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina. Revista *Interfaces*, Rio de Janeiro, Vol. 1, Número 22, pp. 117-136, Janeiro-Junho, 2015. Disponível em:

<http://www.cla.ufrj.br/images/docs/interfaces/split/22/08_o%20longo%20e%20cotidiano.pdf>,

consulta em 30/09/2015.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *A formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. Vol. 1. Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo, SP: FFLCH/USP, 2000.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: Estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Periódicos:

Divertimento Instructivo ou Collecção escolhida de novellas, historias, contos moraes, anedoctas interessantes, paravolas, fabulas, ditos filosoficos, contos para rir, &c. Obra moral, instructiva, e agradavel destinada para honesto divertimento, e util instrucção da mocidade Portuguesa. N. I. Lisboa: Na Impressão Regia. Anno de M.D.CCC.IV. Por Ordem Superior. (Biblioteca Nacional de Portugal. P. 3509 1 P).

Gazeta de Lisboa. Microfilme. (Biblioteca Nacional de Portugal. J 2510 M).

Observador Lusitano em Pariz ou collecção literaria, politica e commercial. Tomo I. Compreendendo os mezes de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril 1815. Por Francisco-Solano Constancio. Pariz. N. Rougeron, impressor, Rue de L'Hirondelle, n. 22. 1815. <Disponível em www.orealemrevista.com.br>, consulta em 20 de setembro de 2015.

Semanário de instrucção, e recreio. Tomo Primeiro. N. I. Lisboa. Na Impressão Régia. Anno 1812. Com licença de S. A. R. (Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. 27Q3).

Recebido em 20 de junho de 2016.

Aceito em 24 de outubro de 2016.